

## Da esfera pública habermasiana à esfera virtual e internacionalizada<sup>1</sup>

Heider Carlos Matos<sup>2</sup>

Poliana Sales Alves<sup>3</sup>

Faculdade Estácio de São Luís, São Luís, MA

### Resumo

Este artigo resulta de pesquisa sobre mídia e esfera pública e tem por objetivo compreender a mudança da esfera pública com o advento da internet. Também descrevemos, brevemente, a evolução dos meios de comunicação: imprensa, rádio, televisão e internet, para explicar a relação de tais meios com a esfera pública conceituada por Habermas (1984). Para tanto, nossa metodologia inclui o levantamento bibliográfico de estudos já realizados sobre o assunto. Utilizamos como referência fundamental os estudos de Habermas (1984) e Foucault (1979) para tratar do conceito de esfera pública e poder; e de Briggs & Burke (2003), por oferecerem lastros indispensáveis a este trabalho.

**Palavras-chave:** Mídia. Esfera pública. TV. Rádio. Internet.

### 1. Introdução

Em a *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), Habermas deixa claro que a constituição da esfera pública dependia do encontro presencial dos indivíduos em reuniões, mobilizações e debates públicos. O autor não poderia imaginar os recentes progressos da tecnologia da informação, e de suas implicações na produção de novos fenômenos políticos e formas de massificação informacional na esfera pública. A internet possibilitou o surgimento da esfera pública, descrita por Habermas em uma plataforma virtual. Os fenômenos provocados pelas novas tecnologias da informação possibilitaram o surgimento dessa esfera pública virtual e, também, internacionalizada (sem fronteiras geográficas), que se caracteriza por ser um espaço utilizado para a disseminação, mobilização e compartilhamento de informações. O uso da Internet para se comunicar criou um sistema de cooperação que fez com que fatos, acontecimentos ou até manifestações não se tornem apenas atos isolados,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, email: heidercarlosmatos@hotmail.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora Mestre da Faculdade Estácio de São Luís, email: polianasales@gmail.com

Neste artigo, foram nossos objetivos compreender a mudança da esfera pública, e explicar a relação entre tal esfera e a mídia ao longo dos anos. Realizamos a coleta de dados e informações em livros, artigos e pesquisas científicas para construir uma base teórica capaz de nos oferecer caminhos para a compreensão de tal fenômeno. Explicamos a origem e os conceitos de esfera pública e mídia. Descrevemos a evolução dos meios de comunicação tais como: imprensa, rádio, televisão e internet. E por fim, explicamos a relação destes meios de comunicação de massa com a esfera pública Habermasiana (1984).

## **2. A esfera pública habermasiana**

O livro *A mudança estrutural da esfera pública* (1984) de Jurgen Habermas deu início às discussões sobre esfera pública. Habermas a define como sendo o espaço de reflexão, de crítica e de debate de assuntos de domínio público que são de interesse coletivo. A princípio pode ser entendida como a esfera de pessoas privadas reunidas em um público. Estas reivindicam a esfera pública, regulada pela autoridade, a fim de discutir com ela leis. A esfera pública surge da necessidade de pessoas privadas que se juntam enquanto um público. Estas pessoas privadas formam uma arena de debate, um local compartilhado por indivíduos particulares preocupados com o destino político da coletividade.

O conceito de esfera pública empreendido por Habermas se refere a todo espaço onde são debatidos temas relativos à coletividade. Este se constitui a partir da convergência e da divergência de ideias que permeiam um debate ou embate de caráter público capaz de promover reflexão. Neste espaço defendido pelo autor, se estabelece um debate racional com visibilidade pública e tomada de opinião, produzindo desdobramentos no âmbito político e social. Habermas entende que para que haja genuinidade na opinião pública é necessária a existência de uma esfera pública. Na sua construção lógica, o autor acredita que a opinião pública pressupõe discussão pública e, portanto, necessita de espaço onde, a partir de um ambiente discursivo e argumentativo,

se possa chegar coletivamente a um consenso ou concordância sobre determinado assunto (MARINHO, 201, p, 3).

De início, o autor relata que este espaço de reflexão deveria passar por uma análise mais aprofundada de caráter filosófico, para que pudesse ser traçada ou descoberta sua evolução histórica. Segundo Habermas, a esfera pública estava ligada diretamente a uma época e não podia ser pensada fora da sociedade burguesa. Assim, a esfera pública de Habermas é limitada por seu caráter histórico. Para compreender melhor o surgimento desta esfera, Habermas fez uma análise histórica e descobriu resquícios de sua origem no período feudal, especificamente, na Alemanha do século XVIII.

As mudanças na estrutura familiar da época, provocadas pelos impactos do capitalismo, fizeram surgir uma nova classe burguesa. Esta nova classe, buscou no raciocínio público de pessoas privadas o entendimento mútuo e o esclarecimento (HABERMAS, 1984, p, 60). Surge, então, uma esfera pública, na qual o público, constituído por indivíduos conscientizados, se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado. Uma esfera pública de argumentação literária, cuja subjetividade, oriunda da intimidade pequeno-familiar, se comunica consigo mesma para entender a si própria (HABERMAS, 1984, p, 68). A esfera pública literária surge no centro econômico e cultural das cidades, no campo de tensão entre Estado e sociedade, antes mesmo da esfera pública assumir seu caráter político. Habermas explica que a esfera pública literária não era, de fato, burguesa. Pois, ela preservava certa continuidade em relação à representatividade pública da corte. A burguesia assumia o raciocínio público ao mesmo tempo em que o Estado ganhava autonomia em relação à esfera social monárquica. Separando-se paulatinamente da corte, passando a constituir um contrapeso à cidade. A “cidade” caracterizava uma primeira esfera pública literária, que encontra suas instituições nos cafés, salões e nas comunidades de comensais (HABERMAS, 1984, p, 45).

O autor relata que a esfera pública literária e a concepção do termo “público” adquiriu legitimidade nos cafés e salões, que se tornaram o novo centro de crítica literária e política, no momento em que a corte perdeu sua posição de esfera pública para a cidade.

Não que se deve crer que, com os cafés, os salões e as associações, tal concepção de “público” tenha sido efetivamente concretizada. No entanto, em tais espaços, ela foi institucionalizada enquanto ideia e, nessa medida, ainda que não tenha se tornado realidade, foi eficaz (HABERMAS, 1984, p, 52). A imprensa teve papel importante na institucionalização da esfera pública. Os jornais da época, formados por pessoas que frequentavam os salões e cafés, ajudaram a esfera pública literária a ganhar forma enquanto ideia. Graças à imprensa e seu poder de mediação, surgiu uma nova forma de representar a coletividade. O público se apropriou da esfera pública, controlada pela autoridade, e a transformou em uma esfera com poder de crítica contra o Estado, fenômeno chamado por Habermas de “refuncionalização da esfera pública literária”. “Os artigos de jornais não só eram transformados pelo público dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante dele” (HABERMAS, 1984, p, 59).

Estes jornais constituem o público que, daquelas antigas instituições de café, dos salões, das comunidades de comensais, se emancipou e agora é mantido reunido através da instância mediadora da imprensa e de sua crítica profissional (HABERMAS, 1984, p,68).

Surge, então, uma esfera social que disputa com o poder público, a opinião pública. Esta esfera, chamada política, age em conjunto para as tarefas civis. A esfera burguesa articula e exige do Estado leis para afirmar a opinião como única fonte legítima. A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil. Pois, já tendo a experiência de uma esfera privada íntima, enfrenta a autoridade da monarquia estabelecida: nesse sentido ela tem, desde o começo, caráter privado e polêmico (HABERMAS, 1984. p.69).

O momento histórico descrito por Habermas (1984) é marcado pela materialidade de um espaço público no qual atores discutem temas de domínio público e disputam a legitimidade de suas perspectivas políticas. Estes temas públicos seriam debatidos, inicialmente, na imprensa escrita, depois pelo rádio, televisão e mais recentemente nas mídias e redes sociais. No entanto, a reflexão de Foucault poderia, a princípio, minar a ideia de esfera pública ao sugerir que não existe local privilegiado para a ação política. Existem, sim, múltiplas possibilidades de ação, múltiplos espaços públicos ou podem ser criados e redefinidos constantemente, sem precisar de suporte institucional, sempre que os indivíduos se liguem por meio do discurso.

Essa ideia só mina a noção de esfera pública de Habermas quando interpretada como um lugar, um espaço no sentido físico. Habermas mostra que a esfera pública política continua sendo apropriada como categoria analítica, denotando não um local, mas todas as condições de comunicação sob as quais pode haver formação discursiva e racional de opinião, e vontade por parte de um público composto de cidadãos de um único Estado (HAJE, 2007, p, 141).

É essencial ressaltar a importância das esferas públicas serem múltiplas e parciais, para garantir que os grupos minoritários tenham voz pública. O papel dessas esferas públicas parciais não seria apenas pressionar o Estado para reivindicar direitos, mas transformar as estruturas de dominação, exclusão e desigualdade que, fora do aparelho do Estado, encontram-se enraizadas nas instituições, normas, valores, configurando o que Michel Foucault denominou de micro poderes. De acordo com Foucault (1979), a dominação não se exerce apenas por meio de leis, mas por meio de normas criadas pelas disciplinas, ciências humanas e outras instâncias de saber e poder. Na teoria de Michel Foucault, o poder opera nas extremidades mais baixas do corpo social, nas práticas sociais cotidianas. Dessa forma, o poder não estaria presente apenas no mundo sistêmico, mas também no mundo da vida. Foucault insurge contra a ideia de que o Estado seria o órgão central e único de poder ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado (HAJE, 2007, p, 128-136).

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Já Habermas localiza o poder no chamado sistema, principalmente, nas esferas econômicas e no Estado.

O Estado liberal fundamenta-se em uma sociedade centrada no sistema econômico, na qual os sujeitos privados utilizam sua liberdade subjetiva e contam somente com a livre competição para coordenar a ação entre si, o que exige um mercado isento de intervenções externas, que se autorregule e alcance o pleno emprego dos fatores de produção: trabalho e capital. O Estado do bem-estar, por outro lado, observa e critica o fracasso da autorregulamentação econômica, uma vez que o mercado provoca crises constantes, assim como gera uma desigualdade e injustiça material crescentes; em seu lugar, propõe um modo de bem-estar social que intervém no mercado para evitar as crises, assim como para compensar as desigualdades econômicas e sociais (HABERMAS *apud* DURÃO, 2009, p,1).

Foucault mostra que o poder difuso por todo o corpo social insurge-se, assim, contra a ideia de que o Estado é o órgão central de poder e contra a ideia de poder econômico determinando outros âmbitos da sociedade. Os poderes não estariam localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Eles funcionariam como uma rede de dispositivos, ao qual nada e ninguém escapam, a qual não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa ou uma propriedade, mas, sim, algo que se exerce, que se efetua e que funciona (HAJE, 2007, p, 137).

Situar o problema em termos de Estado significa continuar situando-o em termos de soberano e soberania, o que quer dizer, em termos de Direito. Descrever todos esses fenômenos do poder como dependentes do aparato estatal significa compreendê-los como essencialmente repressivos: o exército como poder de morte, polícia e justiça como instâncias punitivas, etc. Eu não quero dizer que o Estado não é importante; o que quero dizer é que as relações de poder, e, conseqüentemente, sua análise se estendem além dos limites do Estado. Em dois sentidos: em primeiro lugar, por que o Estado, com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo de reais relações de poder, e principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia, etc. (FOUCAULT *apud* DANNER, 2009. p. 788).

Na sociedade civil, há união entre os cidadãos do Estado, quando titulares da esfera pública política, e os membros da sociedade, em seus papéis complementares de trabalhadores, consumidores, pacientes, clientes de burocracias estatais, estudantes, participantes do trânsito. Para que os processos democráticos possam ser dirigidos pelo poder comunicativo, é necessário que a sociedade civil tenha capacidade de desenvolver impulsos vitais por meio de esferas públicas relativamente autônomas e capazes de ressonância no governo, na mídia e no mercado. São os atores da sociedade civil organizada que absorvem a ação comunicativa e a elevam ao nível de esferas públicas atuantes. Eles formam uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, os setores privados e os sistemas de ação especializados (HAJE, 2007. p. 132).

A contribuição fundamental de Habermas para essa discussão é que ele deixa claro que sem os meios de comunicação, não é possível o debate de assuntos de domínio geral. A partir dessa premissa, ele defende que a mídia é uma ferramenta indispensável de debate na esfera pública. Portanto, faz-se necessário entender seu desenvolvimento.

### 3. A história da mídia na Europa moderna

Somente no século XX se começa a falar em “mídia”, tal como conhecemos hoje. Mas, já entre 1450 e 1790, na chamada Europa moderna, a mídia, ou comunicação midiática, começava a surgir e a se desenvolver. As guerras religiosas, iniciadas com a Reforma protestante, a guerra civil inglesa e as revoluções Gloriosa e Francesa<sup>1</sup> colaboraram para a evolução e modificação desta comunicação, bem como, para o surgimento da esfera pública. Para entender melhor a origem e evolução da mídia se faz necessário conceituar o termo. O dicionário *Priberam* a define como todo suporte de difusão de informação – rádio, televisão, imprensa, publicação na internet, videograma, satélite de telecomunicação, etc. – que constitui um meio de expressão e um intermediário na transmissão de uma mensagem. Conjunto de meios de comunicação social.

As primeiras manifestações de uso da mídia surgiram no século XVI no auge da Reforma Protestante. A invenção da impressão gráfica proporcionou o aparecimento de uma nova mídia, um novo comércio midiático. A disputa entre reformadores protestantes e católicos ia muito além de um debate político e ideológico. Para atingir um grupo mais amplo, as elites começaram a promover debates públicos e utilizar panfletos. “[...] O envolvimento do povo nos eventos da Reforma foi consequência do uso da mídia, através destes panfletos” (BRIGGS; BURKE, 2003. p. 82). A reforma proporcionou sucesso econômico para os impressores com a grande venda de panfletos ou, a prazo mais longo, de bíblias em vernáculo. Surgia, então, uma “esfera pública”, em que escritores de panfletos usavam estratégias autoconscientes de persuasão, tentando atingir vasto público estimulando a crítica à igreja (BRIGGS; BURKE, 2003. p. 88). As guerras religiosas podem ser resumidas no confronto entre cultura de

---

<sup>1</sup> As guerras religiosas ocorreram entre 1525 e 1648. Elas foram iniciadas com a Reforma Protestante (movimento reformista cristão do século XVI), seguidas da Revolta dos Camponeses (1525) e Revolta de esmalcalda (1540 a 1555), ambas no Sacro Império Romano; Reconquista da Espanha contra os muçulmanos; Rebelião Hussita. A Guerra Civil Inglesa ocorreu durante a Revolução Inglesa em 1625. A Revolução gloriosa foi uma revolução em grande parte não violenta no Reino Unido, ocorrida entre 1688 e 1689. A Revolução Francesa (1789-1799) foi um período de intensa agitação política e social na França.



imagens, por parte dos católicos, do livro, impulsionada por Martinho Lutero e o uso massivo da mídia, por meio do uso dos panfletos. As palavras impressas foram de suma importância nestes eventos. No fim do século XVI, os franceses produziram mais de 30 panfletos por ano.

Na Holanda, o papel público da mídia foi ainda maior. Na chamada Guerra dos Oitenta Anos, de 1568 a 1648, mais de sete mil panfletos foram produzidos. Neste mesmo período nascia uma nova configuração de esfera pública e de moderna propaganda política. O papel desempenhado pela mídia mesclou os debates religiosos e políticos (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 92; 93).

A guerra civil inglesa e as revoluções Gloriosa e Francesa, no século XVII, mais especificamente na década de 1640, foram fundamentais para o fortalecimento da mídia por meio da imprensa escrita. Os panfletos continuaram sendo utilizados. Eles eram usados para expressar o ponto de vista dos monárquicos e parlamentaristas. Com um número significativo de guerras e de fatos a noticiar, os jornais, como a *Gazette* e alguns não oficiais, passaram a ser mais extensos.

Dentre todos os conflitos, a Revolução Inglesa é a mais conhecida na história da mídia. A imprensa periódica, não oficial, surge neste período. Os jornais começaram a ser publicado com maior frequência, transformando a esfera pública em uma instituição de caráter permanente, fazendo da política algo definitivo na vida da população. Além da política, outra informação como econômica, difundida também pela Bolsa de Valores, científica, pelos relatórios da *Royal Society*, começaram a fazer parte da esfera pública (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 100).

A Revolução Francesa, por sua vez, reconheceu a opinião pública como entidade que necessitava de informação. Com este ato, derrubou o Antigo Regime. Neste período, houve crescimento extraordinário no número de jornais. Os mais diversos periódicos eram dirigidos a públicos diferentes, fortalecendo o debate, a crítica e a esfera pública (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 103.104). A Revolução na França levou as instituições para o debate de assuntos de domínio público. O uso da mídia destruiu antigas traições, e inventou novas. A mídia francesa foi capaz de reavivar memórias do passado revolucionário. O sistema de comunicação incluía palestras, imagens, festivais e material impresso. A matéria impressa foi importante para a revolução, que iniciou e pregou a imprensa livre (BRIGGS; BURKE, 2003, p,105).



Diferente da Inglaterra, a França incentivou, além da imprensa, a ciência. O telégrafo de Claude Chappe foi utilizado pela primeira vez para a comunicação do Exército francês. Na Grã-Bretanha, o governo não aprovou o telégrafo de Francis Reynolds. Entretanto, mais tarde a indústria incentivaria além da construção de estradas, a telegrafia.

#### **4. Os meios de comunicação de massa**

A história da imprensa e dos meios de comunicação de massa nos séculos XIX e XX foi marcada por descobertas. O período é lembrado por experimentos feitos na busca por transmissões de sinais a longa distância. Os grandes avanços da tecnologia fizeram com que a informação chegasse aos quatro cantos do Planeta, e o poder da mídia se tornasse maior que o político. Este momento é marcado pela materialidade de um espaço público em que o público discute temas civis. Os jornais impressos, o rádio, a TV, e por fim, a internet possibilitaram à sociedade uma forma diversificada de acesso à informação, reivindicação e formação de opinião.

As comunicações de massa foram e são fundamentais para a construção de modelos totalitários com base na construção da opinião pública. É neste tipo de configuração do poder político que os meios de comunicação de massa se desenvolvem como ferramentas de construção e manipulação em prol de poderes instituídos. Os movimentos totalitários europeus, as guerras religiosas e as ditaduras pós-segunda Guerra Mundial utilizaram os meios de comunicação de massa como forma de esvaziar a esfera pública de debates democráticos, e implantar ideologias políticas unilaterais que se legitimam através da massiva propaganda como opinião pública. A relação mídia e esfera pública se interrelaciona com a configuração do poder vigente. Jornais impressos, rádio, TV e Internet ajudaram a construir um espaço de debate e crítica. Por isso, é imprescindível entender o surgimento e evolução destes meios de comunicação de massa.

##### **4.1 O jornal impresso**

A prensa, inventada pelo alemão João Gutemberg em 1440 (considerado o invento mais importante do período), possibilitou o surgimento da modalidade mais antiga de jornalismo e o primeiro meio de comunicação de massa. Anos mais tarde, no século XIX, os jornais começaram a surgir em grandes quantidades e a formar o

chamado “quarto poder”. O jornal *The Times*, órgão dominante na imprensa de Londres, se considerou, durante as décadas de 1830, 1840 e 1850, um “quarto poder” (BRIGGS; BURKE, 2003, p,192).

A expressão “*quarto poder*” não é destinado à imprensa à toa. Refere-se ao poder que os meios de comunicação têm em relação ao poder de informar, a ponto de ditar moda, formar opinião e comportamentos. Esta expressão foi criada em alusão aos três poderes da democracia. A expressão surgiu na Europa, em 1830.

Diz-se que quem cunhou a frase foi o historiador Macaulay, embora ele estivesse se referindo à Galeria de Imprensa no Parlamento, e não especificamente ao *The Times* ou à imprensa como um todo. [...] A Expressão se tornou aceita na Grã-Bretanha, em diversos países europeus e até nos Estados Unidos. No século XX, o periódico norte-americano *Broadcasting* imprimiu orgulhosamente em sua capa as palavras “O quinto poder” (BRIGGS; BURKE, 2003, p,192).

A chegada das grandes ferrovias contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da imprensa na Europa. Através delas foi possível a difusão dos jornais, aumentando, assim, sua circulação e seu alcance. Nesta época, início do século XIX, o jornal tornou-se, além de símbolo, um meio. Os debates eram mais sobre a imprensa que sobre o acesso à informação (BRIGGS; BURKE, 2003. p. 201). A sociedade discutia o papel da imprensa, enquanto formadora de opinião e meio de discussão de ideias. Para uns, os jornais impressos exerciam seu papel de difusão de notícias, caracterizando, assim, uma imprensa livre. Para outros, a imprensa trabalhava em função do capital (BRIGGS; BURKE, 2003, p,202).

Com o crescente número de jornais diários e periódicos, no fim do século XIX, países como França, Índia e Grã-Bretanha elaboravam leis que limitavam o poder da imprensa. Mas, independentemente das leis, a imprensa conseguiu se estabelecer no primeiro ano do século XX e apresentou-se, de fato, como força social e se fortaleceu através do florescimento de jornais, livros e enciclopédias (BRIGGS; BURKE, 2003, p,196). Durante a Segunda Guerra Mundial, o poder dos jornais foi limitado, mas a circulação de jornais nacionais cresceu, enquanto o número de jornais regionais diminuiu. O conflito contribuiu para a evolução da imprensa. Surgiram novas tecnologias como o rádio, o computador e a televisão. Questionamentos sobre o fim do jornalismo impresso foram comuns. Com o advento do rádio, a venda de jornais caiu e, de fato, o jornalismo impresso teve que se reinventar.

## 4.2 O rádio

Em 1875, o escocês Alexander Graham Bell fez a comunicação a distância se tornar real ao inventar o telefone e posteriormente o telégrafo, que contribuiu para a criação do rádio. O rádio surge como um meio de transmissão de informações militares da Primeira Guerra Mundial. Anos mais tarde, se tornaria um importante instrumento de comunicação e entretenimento da sociedade.

Até o advento deste meio universal, uma grande proporção de pessoas não tinha acesso aos eventos que faziam história. Elas não partilhavam de interesses ou diversões com aqueles que possuíam duas riquezas – lazer e dinheiro. Não tinham acesso aos grandes homens da época, e este só podiam enviar suas mensagens a um limitado número de pessoas (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 220). Na Alemanha nazista, a radiofusão podia ser controlada, e os aparelhos não captavam transmissões de outros países. Nos EUA não era diferente. No auge dos conflitos militares, no início do século XX, as redes tinham um controle firme e poucos eram os esforços para que as rádios apresentassem programas diversos, além da programação de guerra (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 216). Na Alemanha Oriental, o rádio era utilizado para a formação de uma consciência do Estado absolutista.

Entre 1945 e 1960, período caracterizado por conflitos sociais e culturais e pela invenção da televisão, tal cenário começa a mudar. Os rádios transistores portáteis foram os responsáveis por uma ruptura social e cultural em escala mundial. O chamado rádio portátil se tornou um símbolo de modernização. Era possível ouvi-lo nos mais diversos lugares. Os transistores foram de suma importância para o desenvolvimento dos computadores. O surgimento de rádios piratas também teve influência na mudança deste contexto. Elas foram responsáveis pela mudança na programação nas rádios estabelecidas uma vez que começaram a desafiar o sistema e a transmitir músicas populares (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 227).

O rádio começou a transmitir coberturas sobre notícias variadas, programações musicais e até programações regionais. Com o advento da televisão, as rádios receberam um estímulo, mas foi inevitável a queda de audiência de suas programações. O rádio perdeu espaço no centro da vida das pessoas na década de 1950. A informação passou a ser mediada pela televisão. No início, a TV não alcançava longas distâncias e muito menos todos os níveis sociais. O rádio naquele momento era o meio de comunicação

mais popular por alcançar longas distâncias. Os meios impressos ficaram em segundo plano, trabalhando com notícias mais aprofundadas e ocupando um espaço menor.

### **4.3 A televisão**

O meio de comunicação de massa mais popular do século XX foi apresentado em 1939, durante a Feira Mundial de Nova York. Não se sabe ao certo o ano de sua criação, tampouco o inventor. As primeiras transmissões ocorreram no ano de 1941 (período em que os Estados Unidos entraram em guerra) com as redes NBC e CBS. As transmissões eram limitadas e com horários definidos. Após a Segunda Guerra Mundial, o rádio era o meio mais utilizado e ainda havia muita apreensão quanto ao uso e aos investimentos que seriam empregados na TV (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 233). Entretanto, mesmo com as desconfianças, nos primeiros anos, entre 1947 e 1952, cerca de 15 milhões de aparelhos foram produzidos nos Estados Unidos. Um terço da população tinha um aparelho de televisão em sua residência. O advento da televisão trouxe consequências para a indústria cinematográfica e para o Rádio. A ida semanal ao cinema caiu consideravelmente nos anos de 1947. Já no Rádio, os ouvintes migraram e tornaram-se telespectadores (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 234).

A televisão se difundira por completo na década de 60 com as transmissões via satélite. No ano de 1962, o satélite *Telstar* transmitira sinais de televisão através do Oceano Atlântico. Graças a sua difusão no mundo, tanto em países democráticos quanto em autoritários (deixando de fora seu alcance apenas uns poucos dele), a televisão havia adquirido novos amigos e inimigos. Os comentários agora passaram a ser multiculturais. (BRIGGS; BURKE, 2003, p, 251) A televisão logo se tornou o principal meio comunicação, seguido do rádio e da imprensa escrita, e mudou o modo de vida da população.

## **5. A internet e o surgimento de uma esfera pública virtual e internacionalizada**

Na segunda metade do século XX, os EUA criaram uma tecnologia capaz de produzir computação interativa. As bases militares ligavam-se ao Pentágono. Nos anos que se seguiram, a tecnologia foi liberada para fins acadêmicos através de uma rede chamada Arpanet. O início do século XXI assistiu o crescimento extraordinário da comunicação eletrônica, com o aperfeiçoamento e facilidades de comercialização, que permitiu o acesso de usuários a rede de informações conhecida como internet.

A *web* configura um novo espaço de diálogo, uma vez que modifica as formas de comunicação humanas. Ainda que de maneira incipiente, a internet demonstra a conciliação entre interesses individuais e coletivos, a partir da constituição do que pode ser chamado de esfera pública virtual. Tal esfera apresenta semelhanças com a descrita por Habermas, como uma rede de comunicação de conteúdos e posições, na qual os fluxos de comunicação convergem e se condensam em forma de opinião pública. Na visão habermasiana, a esfera pública, enquanto *locus* da discussão está associada também às interações simples como as que ocorrem nos espaços conversacionais da vida cotidiana. É fato que tais interações se potencializam com a internet, que anuncia assim uma nova era: a era da esfera pública virtual. Nessa esfera virtualizada é possível promover, ao contrário dos outros meios de comunicação, o encontro de informação através da interatividade (MARINHO, 2011, p. 5).

A internet proporcionou o surgimento de uma esfera pública virtual e internacionalizada que potencializa a interação na medida em que possibilita novos contatos e construções colaborativas de maneira nunca vista. Nesse espaço virtualizado tem se configurado um novo panorama comunicacional, ou uma “nova esfera comunicacional”. Tal esfera, que surge ainda com a criação das redes telemáticas e os computadores, é atualmente caracterizada por instrumentos de comunicação com funções pós-massivas e pela emergência de uma cultura das mídias mais conversacional que informacional. (LEMOS apud ALCANTARA; D’ANDREA, 2011.p.9).

## **6. Considerações finais**

O artigo até aqui abordou o estudo do fenômeno da esfera pública habermasiana, e dos impactos sofridos por ela com o advento dos meios de comunicação de massa e de suas implicações na constituição da esfera pública contemporânea. Buscamos desenvolver a seguinte trajetória de pesquisa: primeiro, explicamos os conceitos de esfera pública e mídia; depois, nos dedicamos a compreender a relação entre a imprensa, o rádio, a televisão e a *Internet* com essa esfera pública. Como resultado, identificamos que a esfera pública contemporânea é impactada de uma forma nunca vista, com o advento de novos meios de comunicação, especialmente da *Internet*.

A evolução da internet permitiu o surgimento do ciberespaço. Essa evolução trouxe diversas mudanças para a sociedade, podemos dizer que a mais significativa delas é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC). Essas ferramentas permitiram que os

atores sociais pudessem construir, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões (RECUERO, 2009, p. 24).

Por tanto, a esfera pública virtual e internacionalizada não tem como característica o espaço público como território, o lugar (físico) de encontro, pois a *Internet* preenche “espaços” que já não são mais definidos como territórios, nos quais a subjetividade é uma tendência presente e não segue assim, o pensamento de Habermas (1984).

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Livia Moreira de. D' ANDREA, Carlos Frederico de Brito. **Redes de movimentos sociais e Intervenção na esfera pública Interconectada:** um estudo da Campanha pelo limite da terra na Internet. 36º Encontro Anual da Anpocs, 2011. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7827&Itemid=76](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7827&Itemid=76). Acessado em: 22/02/2014

BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos. **A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa:** uma revisão do tema. 2008. Disponível em: [http://issuu.com/alexandremaciel/docs/texto\\_1\\_o\\_conceito\\_de\\_esfera\\_publica\\_em\\_habermas](http://issuu.com/alexandremaciel/docs/texto_1_o_conceito_de_esfera_publica_em_habermas). Acessado : 15/01/2014.

BARROS, C. T. G. D. SAMPAIO, R. C. **Internet como esfera pública?** Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, v.9.n.1. 2011.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

DANNER, Fernando. **A Genealogia do Poder em Michel Foucault.** IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUCRS. Disponível em: [http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV\\_MOSTRA\\_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO\\_DANNER.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO_DANNER.pdf). Acessado em 24/04/2014.

DURÃO. Aylton Barbieri. **Habermas:** os fundamentos do estado democrático de direito. *Trans/Form/Ação* vol.32 no.1 Marília 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732009000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732009000100008): Acessado em 29/04/2014

FOUCAULT, Michel. **“Genealogia e Poder”.** In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.



HABERMAS, J. **O espaço público 30 anos depois.** Caderno de Filosofia e Ciências Humanas. BH: Unicentro, Ano III, nº 12 abril/99,1999.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa. RJ: tempo brasileiro 2003.

MARINHO, Carla Azeredo Ribeiro. **Ciberpolítica:** do debate na esfera pública à disputa do poder. 2007. Disponível em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=247&Itemid=99999999](http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=247&Itemid=99999999). Acessado em: 30/01/2014

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.